



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - EXTRAJUDICIAL

RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO
Comarca/Juízo: COMARCA DE BRAGANÇA
Polo/Região Judiciária: 5ª Região Judiciária
Magistrado(a) corrigente: LUCIO BARRETO GUERREIRO – Juiz Corregedor

EDITAL DE CORREIÇÃO
Data da publicação: 09 de fevereiro de 2023
Data da abertura da correição: 13 de março de 2023
Data do encerramento da correição: 17 de março de 2023
Observações:

DADOS GERAIS DA SERVENTIA	
Nome oficial da serventia: CARTORIO DO 2º OFICIO DE NOTAS E PROTESTOS – OSCIMAR FERNANDES	
Código Nacional da Serventia (CNS): 13.054-2	CNPJ: 04.557.500/0001-80
ENDEREÇO: TRAVESSA VISCONDE DO RIO BRANCO, Nº 1994, BAIRRO CENTRO, NESTA CIDADE DE BRAGANÇA-PA	
Telefone fixo: Não tem fixo	Celular: 98807-6446 (geral) ; 98625-2079 (geral) ; 98230-8697 (Pessoal Titular) ; 98018-4858 (Protestos) ; 98180-5179 (Procuração)
e-mail: rtd2.braganca@yahoo.com.br	Celular Plantão (RCPN): Não possui competência.
ATRIBUIÇÕES	
(X) Tabelionato de Notas (X) Tabelionato de Protesto () Registro de Imóveis (X) Registro de Títulos e Documentos	() Registro Civil das Pessoas Naturais (X) Registro Civil das Pessoas Jurídicas () Registro de Distribuição



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

DADOS GERAIS DO(A) DELEGATÁRIO(A) E EVENTUAL EQUIPE

IDENTIFICAÇÃO DO(A) DELEGATÁRIO(A)	
Nome do(a) Responsável pelo Cartório: PAULO JOSÉ GONÇALVES FERNANDES	
Status do(a) responsável: (x) Titular () Interino(a) () Interventor(a)	CPF: 093.698.992-00
Endereço: TRAVESSA VISCONDE DO RIO BRANCO, Nº 1994, BAIRRO CENTRO, NESTA CIDADE DE BRAGANÇA-PA	Ato de nomeação: Decreto Governamental datado de 04/05/1984 Data da posse / exercício: 04 DE MAIO DE 1984
Telefones: 98230-8697 (Pessoal Titular)	E-mail: rtd2.bragança@yahoo.com.br OBSERVAÇÃO: A serventia não abre o e-mail oficial, Cejint051@tjpa.jus.br DETERMINAÇÃO: Revalidar o email e utilizá-lo por se tratar de meio de comunicação oficial entre TJ e serventia.

IDENTIFICAÇÃO DO(A) SUBSTITUTO(A) LEGAL	
() Não existe Substituto(a) Legal na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
Nome do(a) Substituto(a) Legal: PEDRO LUCIO GONÇALVES FERNANDES	
CPF: 152.676.102-59	Portaria de designação: Portaria nº 06/1983
Endereço: TRAVESSA VISCONDE DO RIO BRANCO, Nº 1994, BAIRRO CENTRO, NESTA CIDADE DE BRAGANÇA-PA	Telefones: E-mail:
1	A designação de substituto(a) legal observou os requisitos do art. 24 do Código de Normas? (X) Regular, pois de acordo com os dispositivos legais à época da nomeação. () Irregular. Motivo: Observações/Providências
PREPOSTOS	
() Não existem prepostos na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
2	Apresentação do Livro de Registro de Empregados devidamente preenchido? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Segundo informou o Escrevente, o livro respectivo permanece no escritório de contabilidade da serventia.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

3	<p>Existência de quadro de horário de trabalho dos prepostos com indicação das respectivas funções e das respectivas portarias de designação devidamente atualizadas? () SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: O horário de trabalho é das 07:30 as 11:30 (pela parte da manhã) ; Pela parte da tarde (15:00 as 18:00)</p>
4	<p>Designação dos escreventes foi feita através de Portaria do Cartório, indicando nome e função, com comunicação ao Juízo de Registros Público e à Corregedoria Geral a Justiça? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: São 02 (dois) escreventes autorizados: 1 – Paulo André Rabelo Fernandes (Portaria nº 01/2020) de 15/09/2020 2 – Cassio José Rabelo Fernandes (Portaria 01/2023) de 24/01/2023</p>
CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL DO CARTÓRIO	
5	<p>As instalações físicas são salubres e adequadas para funcionamento, dispo de bom estado de conservação e higiene, proporcionando bom atendimento aos usuários, com conforto, proteção à saúde e segurança? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A serventia funciona em um prédio bastante antigo de frente para o Rio Caetés, sendo um salão aberto, sem refrigeração. Existe um balcão aberto que permite acesso ao público em geral. O tabelião fica no mesmo salão da serventia supervisionando as atividades. O arquivo localiza-se aos fundos do salão, sem refrigeração, e forte odor de naftalina. Poucas cadeiras de atendimento ao público, havendo necessidade de uma reestruturação geral, considerando tratar-se de serventia de classe 3, de acordo com o provimento nº 74 do Conselho Nacional de Justiça.</p>
6	<p>O mobiliário é ergonômico, encontrando-se em bom estado de conservação? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não existe padronização do mobiliário, e em geral os moveis são antigos, em estado de conservação médio.</p>
7	<p>Está localizado em área sujeita à ocorrência de alagamentos, incêndio, infiltrações e umidade? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: sujeita à humidade, considerando que fica em frente ao Rio caetés, havendo sinais de infiltrações em toda serventia.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

8	<p>Os elementos de identificação de serviço delegado são bem apresentados, possuindo sinalização com placa fixa de identificação, em material resistente, com os seguintes dados:</p> <p>a) nome oficial do cartório e a natureza dos serviços; b) horário de funcionamento; c) número de telefone e, no caso de cartório de registro civil de pessoas naturais, número de contato telefônico fixo ou celular para plantão aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos.</p> <p>(<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Na identificação da serventia não há o telefone e tampouco o horário de funcionamento</p> <p>RECOMENDAÇÃO: providenciar estes itens na identificação</p>
9	<p>Dispõe de licenças e alvarás para funcionamento do prédio, seja a do ente municipal, seja o expedido pelo Corpo de Bombeiros, bem como de material de segurança contra incêndios, tais como extintores?</p> <p>(<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: pendente de apresentação</p>
10	<p>As acomodações da serventia propiciam segurança ao arquivamento de livros e documentos?</p> <p>(<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Tal como já referido anteriormente, o arquivo fica praticamente no mesmo salão de atendimento, às vistas do público em geral, sem um controle de acesso que não os próprios funcionários, em ambiente não refrigerado.</p>
11	<p>Oferece acessibilidade às pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos?</p> <p>(<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Em parte: Existe rampa de acesso ao cartório, mas internamente possui degrau acentuado, o que dificulta pessoas com mobilidade reduzida de acessar a mesa do Tabelião.</p>
12	<p>O espaço destinado ao atendimento é adequado, dispondo de cadeiras, bebedouro, balcão preferencial e climatização?</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Possui bebedouro. Não possui atendimento preferencial, pois não há distribuição de senhas, sob o argumento de que o atendimento é bastante rápido. Não há refrigeração na serventia, havendo uma pequena sala em fase de finalização, para a destinação do servidor em ambiente refrigerado. DETERMINAÇÃO: Concluir a instalação da sala de TI, com todos os requisitos do Provimento nº 74 do CNJ.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

13	<p>As instalações elétricas e hidráulicas do cartório estão em perfeito estado de funcionamento e boa conservação? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Em parte, existem condutas aparentes. O prédio é antigo e tombado pelo patrimônio o que praticamente impede a realização de obra de melhorias.</p>
14	<p>Há boa conectividade com a rede mundial de computadores (internet); equipamentos eletrônicos são atuais e se prestam a sua funcionalidade, considerando o porte do cartório? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS E ATENDIMENTO	
15	<p>O atendimento é realizado com eficiência, urbanidade e presteza (considerando vestimenta, uniforme e cordialidade dispensada ao público)? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não foram detectadas reclamações por ocasião da correição.</p>
16	<p>Comparecimento diário do delegatário ao cartório, no horário de expediente, atuando o substituto legal apenas em eventuais ausências ou impedimentos? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: O titular reside nos altos do prédio e comparece diariamente ao serviço.</p>
17	<p>A serventia observa a jornada de 06(seis) a 08(oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, para atendimento ao público, informando sobre o horário de funcionamento ao Juízo de Registros Públicos e à Corregedoria Geral de Justiça? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sim, funciona pelo horário da manhã com intervalo de almoço, com 08 (oito) horas diárias.</p>
18	<p>Há respeito à prioridade das pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Segundo informam que o atendimento é muito rápido e sempre que há uma prioridade eles são chamados.</p>
19	<p>Existe sistema de distribuição de senhas, considerando o porte do cartório?() SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Segundo informam não há demanda para a distribuição de senhas</p>
20	<p>O quantitativo de prepostos é suficiente à adequada prestação de serviço, em conformidade com a demanda (considerando o porte do cartório, o movimento de serviços prestados e pessoas atendidas)? (X) SIM () NÃO</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	Observações/Providências: há um substituto, que se não encontrava na serventia, por problemas de saúde. Existem dois escreventes, e ninguém é bacharel em direito.
21	As tabelas de emolumentos em vigor, assim como os cartazes informativos da gratuidade dos serviços e do selo digital, encontram-se afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: No quadro de avisos da serventia.
22	É fornecido, independentemente de solicitação, recibo discriminado dos emolumentos percebidos? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
23	O atendimento aos usuários se dá em tempo de espera razoável e observa eventual norma municipal que disciplina o tempo de espera nas serventias extrajudiciais? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Durante a Correição se observou atendimento célere sem formação de fila.
24	São mantidos na Serventia as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade (Art. 30, IV, da Lei nº 8.935/94), bem como as legislações mencionadas no art. 22, do CN - Tomo II? () SIM (x) NÃO Observações/Providências: Não há nenhuma pasta ou arquivo com legislações e normativas de uso corriqueiro na serventia
25	As dúvidas suscitadas são encaminhadas ao Juízo competente? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
26	A escrituração dos livros e documentos satisfaz às exigências legais (termos de abertura e encerramento, numeração e autenticação de folhas, ausência de rasuras, emendas, ressalvas etc., bem como a utilização do livro auxiliar (Prov. CNJ nº 45/2015) ? () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
27	Existem práticas viciosas a serem coibidas? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
DEMAIS ASPECTOS DE FISCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO DELEGATÁRIO E AO CARTÓRIO	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

28	<p>Foi apresentado comprovante de recolhimento das contribuições previdenciárias e demais encargos trabalhistas dos colaboradores da serventia, inclusive do substituto legal?</p> <p>() SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
29	<p>Estrita observância quanto a cobrança dos emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício, com a afixação da tabela em local de fácil acesso ao público?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Tabela de emolumentos afixada em local de fácil acesso.</p>
30	<p>Guarda e manutenção dos livros, papéis e documentos do acervo do cartório em local salubre e sem presença de umidade?</p> <p>() SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Os livros estão em local úmido, sendo encontrado livro de procurações nº 216-P molhado provocando borradura nos atos lavrados, perdendo-se, inclusive a digital de pessoas que utilizaram deste recurso para sua identificação a rogo. DETERMINAÇÃO: Proceder com cautela a guarda e conservação dos livros da serventia, protegendo-os da umidade e água, bem como guardando-os em local seguro.</p>
31	<p>Adoção de sistemas de cópias de segurança, “backup” em mídia eletrônica, digital ou outro método hábil a sua preservação, abrangendo todos os livros obrigatórios, com periodicidade inferior a 30 (trinta) dias?</p> <p>() SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: aguardando implantação do servidor</p> <p>DETERMINAÇÃO: Apresentar Plano de Ação para a implementação do backup do acervo da serventia, no prazo de 60 (sessenta) dias.</p>
32	<p>Capacidade técnica plena do escrevente substituto para, nas eventuais ausências ou impedimento, substituir o delegatário?</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: O substituto, irmão do titular, não estava presente por ocasião da correição, por alegados problemas de saúde. Não foi possível aferir a capacidade técnica do mesmo, e ainda considerando que nem o titular e tampouco o seu substituto são bachareis em Direito. Existe uma advogada que presta assessoria jurídica para a serventia, Dra. Vanessa Abreu.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: ter um servidor no quadro da serventia que seja bacharel em direito para a análise dos atos.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

33	<p>Respeito ao princípio da territorialidade na prática dos atos? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
34	<p>Respeito à vedação legal no funcionamento de sucursais do serviço? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
35	<p>Existência e regularidade do Livro de Visitas e Correições (Prov. CNJ nº 45/2015, art. 1º, “a”)? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: a última correição lavrada data de 2019, apesar de terem sido realizadas outras correições posteriores.</p>
36	<p>Existência e regularidade do Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa (Prov. CNJ nº 45/2015, art. 1º, “b”)? As despesas lançadas no livro resultam da prestação do serviço delegado, estando rigorosamente dentre aquelas autorizadas pelo art. 8 do Provimento 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça (Prov. CNJ nº 45/2015, art. 8º, “a” a “m”)? Está sendo visado anualmente pelo Juízo Corregedor? () SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: O controle do livro e feito todo de forma manual, e após passado para uma tabela feita no computador no software word. O sistema não permitiu a identificação do ato.</p> <p>DETERMINAÇÃO: informatizar no prazo de 60 dias a escrituração do Livro Diário Auxiliar</p>
37	<p>Existência e regularidade do Livro Controle do Depósito Prévio, nos cartórios cujo serviço o admitam (Prov. CNJ nº 45/2015, art. 1º, “c”)? (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: O livro existe desde 2017 mas nunca foi utilizado.</p>
38	<p>O Sistema Justiça Aberta Extrajudicial do Conselho Nacional de Justiça é alimentado com dados semestrais atualizados da serventia, do delegatário, arrecadação e repasses? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
39	<p>O(A) Oficial(a) acessa diariamente o Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias – PJeCOR, Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o E-mail Oficial disponibilizado pela Corregedoria, que são o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará? (X) SIM () NÃO</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	Observações/Providências: De acordo com os colaboradores da serventia, está sendo acessado diariamente.
40	<p>A Serventia possui registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e registrais de seu ofício, conforme determinamos Provimentos n.ºs 74/2018 e 88/2019 (art.13) – ambos do CNJ?</p> <p>() SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: A serventia se utiliza dos sistema ANSATA, a partir de 2021. Somente após essa data existem registros eletrônicos.</p> <p>DETERMINAÇÃO: APRESENTAR PLANO DE AÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO ANTERIOR</p>
41	<p>A serventia oferece o serviço de cópias reprográficas? Qual o valor? (Verificar se a informação está ostensiva, pois é obrigatória e se os preços são módicos)</p> <p>() SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não possui máquina de xerox.</p>
DA CORRETA UTILIZAÇÃO DOS SELOS DIGITAIS	
42	<p>A serventia mantém sistema eletrônico compatível com os padrões definidos pelo Código de Normas para recepção dos atos praticados pelos sistemas de informação do Tribunal de Justiça e pela documentação de integração? (Pedir para ver o sistema)</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sistema Ansata</p>
43	<p>Os selos de fiscalizações estão sendo utilizados, obedecendo-se a ordem cronológica? (Pedir para ver o sistema - não sendo obedecida, deve-se comunicar a CGJ para cancelamento de todos os selos fora de ordem, para não configurar quebra de sequência)</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
44	<p>Os selos estão sendo inseridos eletronicamente na última folha dos atos praticados – art. 149 e 150 do Código de Normas, acompanhado do carimbo da serventia e do sinal público do responsável pelo ato, de modo que fique assegurada a plena visualização de todos os itens do Selo Digital?</p> <p>(Somente é permitida a impressão de etiquetas em atos que não comportem inclusão eletrônica, tais como autenticação, reconhecimento e dut do detran, e, nos demais atos, tais como certidões, escrituras, procurações e etc... verificar se o selo se encontra inserido eletronicamente na última folha do documento).</p> <p>(X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

45	<p>No caso da utilização de etiqueta autoadesiva, é lançado sobre parte da etiqueta aplicada ao documento o carimbo da Serventia e a rubrica do responsável ou de seu preposto, permanecendo sempre legível a numeração do Selo Digital utilizado. (art. 149 do Código de Normas)? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
46	<p>Os selos de fiscalização estão de acordo com os padrões definidos pelo Código de Normas e documentação de integração? (Tamanho, dados e informações – pedir para ver alguns selos utilizados) (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
47	<p>Os atos selados estão sendo enviados imediatamente após suas conclusões, em documento html, ao sistema de informação do tribunal de justiça? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: o envio feito no final do dia.</p>
48	<p>A serventia possui pendência de declaração de selos utilizados? (Consultar o sistema – SIAE ou pedir informações prévias ao setor de arrecadação) (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: relatório de arrecadação aponta 3 boletos pendentes, no valor de R\$ 267,34.</p>
49	<p>A serventia ainda possui em seu acervo selos físicos pendentes de devolução ao Tribunal de Justiça? (Consultar previamente a divisão de arrecadação. Caso possua, deve proceder a imediata devolução ao TJ) (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Determinação: devem buscar orientação para a devolução dos selos físicos ainda pendentes.</p>
50	<p>Como a serventia tem procedido quando da necessidade de proceder retificações e cancelamentos de selos? (A serventia deve solicitar autorização Corregedoria para cancelamento e retificação) () SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Nunca aconteceu de cancelamentos e retificação</p>
51	<p>A serventia está obedecendo a determinação do código de normas, no sentido de manter estoque de selos para, no mínimo, 10 (dez) dias, antes de solicitar nova compra, a fim de que os serviços não sofram descontinuidade e prejudique a população? (Alertar que a inobservância a essa regra configura infração disciplinar) (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
52	<p>A serventia está cadastrando as partes envolvidas no ato, no momento da selagem, inclusive com RG e CPF? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

53	Foi feita a conferência dos selos digitais impressos nos livros da serventia em comparação com a consulta pública pelo QR CODE ou pelo portal da TJ/PA, resultando na exata identificação entre os elementos de ambos (ato praticado, livro/folha/termo, valor dos emolumentos, encargos e valor total). () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
CERTIDÕES NEGATIVAS	
54	Em se tratando de serventia vaga, o responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 do mês subsequente, apresentando o respectivo comprovante de pagamento, conforme art. 34 do Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI? () SIM () NÃO (X) INAPLICÁVEL Observações/Providências:
55	Apresentou comprovação do correto recolhimento das taxas de fiscalização (FRJ e FRC)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
56	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
57	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
58	Apresentou cópia da última GPS (Guia da Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS) , comprovando o uso do CEI (art. 17, II, b; e art. 19, II, g, Instrução Normativa RFB nº 971/2009)? () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
59	Apresentou Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia?() SIM (X) NÃO Observações/Providências:
60	Apresentou Certificado de Regularidade do FGTS - CRF pelo CEI do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia?() SIM (X) NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

61	Apresentou Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
62	Apresentou Comprovante de transmissão da DOI dos últimos 12 (doze) meses, com utilização de Certificado Digital do Titular da Serventia; () SIM (X) NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências: Não fazem transação imobiliária.
PROVIMENTO Nº 88/2019 CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA (APENAS TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS)	
63	O notário ou registrador tem, dentre seus prepostos, um nomeado como oficial de cumprimento regularmente registrado no Justiça Aberta? (CNJ, Provimento 88/2019, art. 8º, caput e § 4º) () SIM (X) NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências: Não possuem atos dessa natureza.
64	Havendo indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas, é observado o prazo de um dia útil após o exame da operação ou proposta de operação para comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 15, caput) () SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências: Não possuem cadastro
65	O notário ou registrador, ou seu oficial de cumprimento, informa a CGJ-PA, até o dia 10 dos meses de janeiro e julho, a inexistência, nos 6 meses anteriores, de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 17) (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências: Desconhecem a obrigação.
66	O notário ou registrador, ou o oficial de cumprimento atende às requisições formuladas pelo Coaf e pelo CNJ na periodicidade, forma e condições por eles estabelecidas, com a preservação do sigilo das informações prestadas? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 41) (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências: Desconhecem a sistemática
67	O notário ou registrador mantém cadastro dos envolvidos, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 9º, caput) () SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências: Desconhecem a obrigação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

68	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas físicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 9º, § 1º do Prov. n. 88/2019, CNJ ? (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Ficam todas as informações salvas na Ansata.</p>
69	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 9º, § 2º do Prov. n. 88/2019, CNJ? (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Ficam todas as informações salvas na Ansata.</p>
PROVIMENTO CNJ Nº 74/2018 – PADRÕES MÍNIMOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
70	<p>A serventia apresentou laudo técnico certificando que está adequada aos padrões mínimos de segurança atendendo as exigências técnicas do Provimento nº 74/2018 do Conselho Nacional de Justiça? () SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Caso a serventia não apresente laudo técnico, devem ser preenchidos integralmente os itens abaixo:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

71	<p>Em relação aos parâmetros definidos no Provimento 74/CNJ, a serventia está enquadrada em que classe? () classe 1 (arrecadação de até R\$ 100.000,00 por semestre) () classe 2 (arrecadação de R\$ 100.000,00 a R\$ 500.000,00 por semestre) (X) classe 3 (arrecadação superior a R\$ 500.000,00 por semestre) OBS – 1. Informações disponíveis no site da Corregedoria de Justiça</p> <p>Possui rede elétrica devidamente aterrada? (X) SIM () NÃO</p> <p>Observação:</p> <p>Possui nobreak compatível com os servidores instalados, com autonomia de pelo menos 30 minutos? () SIM (X) NÃO Observação: Todos os computadores são de 8ª geração e possuem autonomia própria.</p> <p>Link de comunicação de dados megabits:* () 2 Megabits () 5 Megabits () 10 Megabits (X) Mais de 10 Megabits Observação:</p> <p>Possui local técnico isolado dos demais ambientes (alvenaria ou divisórias), com restrição de acesso por chave? () SIM (X) NÃO Observação: Esta em fase de implementação.</p> <p>Possui local com refrigeração compatível com a quantidade de equipamentos e metragem?() SIM (X) NÃO Observação: Esta em fase de implementação</p> <p>Possui dispositivo de armazenamento (storage): () inexistente () físico (X) virtual Observação:</p> <p>Possui serviço de cópias de segurança na internet (backup em nuvem)? () SIM () NÃO (X) PARCIALMENTE Observação: NO MOMENTO SOMENTE NO SISTEMA DE PROTESTO, PARA OS DEMAIS, ESTAMOS ESPERANDO A IMPLANTAÇÃO DO SERVIDOR.</p> <p>Possui servidor com sistema de alta disponibilidade que permita a retomada do atendimento à população em até 15 minutos após eventual pane do servidor principal? (X) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Possui impressoras e scanners (multifuncionais)?</p>
-----------	---



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SIM ()

NÃO Quantos?

(especificar)

Observação: 06 IMPRESSORAS

Possui switch para a conexão de equipamentos internos? SIM ()

NÃO

Observação:

Possui roteador para controlar conexões internas e externas?

SIM () NÃO

Observação:

Possui softwares licenciados para uso comercial?

SIM () NÃO. Especificar

Observação: Todow windows

10

Possui software antivírus e antissequestro? SIM

NÃO

Observação:

Possui firewall?

SIM () NÃO

Observação:

Possui proxy?

() SIM NÃO

Observação: SENDO IMPLATADO

Possui banco de dados?

() SIM NÃO

Observação: SENDO IMPLATADO

Quantos funcionários do cartório treinados na operação do sistema e das cópias de e segurança ou de empresa contratada quepreste o serviço de manutenção técnica com suporte?

Observação:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO CNJ 134/2022 E CGJ Nº 10/2021 - TRATAMENTO E PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS - LGPD	
72	<p>A serventia mantém, em sua unidade, um sistema de controle do fluxo abrangendo a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, até a restrição de acesso futuro?</p> <p>() SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
73	<p>A serventia mantém, em sua unidade, política de privacidade que descreva os direitos dos titulares de dados pessoais, de modo claro e acessível, os tratamentos realizados e a sua finalidade?</p> <p>() SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
74	<p>A serventia já indicou o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, mantendo, em sua unidade, um canal de atendimento adequado para informações, reclamações e sugestões ligadas ao tratamento de dados pessoais, com fornecimento de formulários para essa finalidade (arts. 10 e 17 do Provimento CNJ 134/2022)?</p> <p>() SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
75	<p>A serventia mantém, em sua unidade, em local de fácil visualização e consulta pelo público, bem como em seus meios de comunicação, as medidas sobre o cumprimento da lei de proteção de dados, divulgando as informações básicas a respeito dos dados pessoais e procedimentos de tratamento, os direitos dos titulares dos dados, o canal de atendimento disponibilizado aos titulares de dados para que exerçam seus direitos e os dados de qualificação do encarregado, com nome, endereço, e meios de contato?</p> <p>() SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
76	<p>A serventia mantém em sua unidade formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações?</p> <p>() SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
PROVIMENTO CNJ 139/2023 – SERP (SISTEMA ELETRÔNICO DE REGISTROS PÚBLICOS)	
77	<p>A Serventia está integrada tecnologicamente ao SERP – Sistema Eletrônico de Registros Públicos, instituído pela Lei nº 14.382 de 27.06.2022? (A total integração entre os Operadores Nacionais – ON – RCPN, ON-TDPJ e ONR ao ONSERP deve ocorrerem até 90 dias, contados de 03.02.2023)</p> <p>() SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
TÓPICO DE ENCERRAMENTO	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

78	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior? () SIM (x) NÃO Observações/Providências: da análise dos autos 000814-87.2021.2.00.0814 (id 262598), foi verificado que não foram cumpridos os seguintes itens: 1 – falta de regulamentação trabalhista 2- falta de informatização da serventia 3- falta de cursos de capacitação 4- inexistência de todos os livros próprios da sua atribuição 5 – equívocos na escrituração dos livros 6 - falta de alimentação do Livro Diário Auxiliar 7 – falta de análise do LDA pelo magistrado 8 – atraso nos boletins de emolumentos 9 – falta de prestação de contas
79	Outras observações: ver recomendações no final do relatório.

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - RTD/RCPJ

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIS DAS PESSOAS JURÍDICAS	
1	O Livro “A” Protocolo possui colunas destinadas a todas as anotações a que se refere o art. 135 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: não foi apresentado, à equipe de correição, livro de protocolo
2	Na escrituração do Livro “A” Protocolo são observados todos os requisitos previstos art. 146 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: não foi apresentado, à equipe de correição, livro de protocolo
3	3. A escrituração do Livro “A” Protocolo é encerrada diariamente, consoante o disposto no art. 150, parágrafo único e art. 154 da Lei Federal 6.015/73? () SIM () NÃO Observações/Providências: não foi apresentado, à equipe de correição, livro de protocolo
4	São mantidos em arquivo todos os documentos relacionados os atos de seu ofício? () SIM () NÃO Observações/Providências: arquiva cédula de crédito, mas não há sistema de organização ou local específico para guarda e conservação dos documentos.
5	São anotadas no Livro de Protocolo, depois de concluídos os lançamentos nos livros respectivos, as referências ao número de ordem sob o qual tiver sido feito o registro ou a averbação, no livro respectivo, conforme previsto nos art. 135, parágrafo único, c/c art. 149, ambos da Lei Federal nº 6.015/73? () SIM (X) NÃO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	Observações/Providências: faz em sistema. Apresentou duas páginas do sistema. Existem os requisitos
6	É observada a competência do Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, abstendo-se a serventia de registrar atos constitutivos de sociedade empresária, nos termos do art. 1.150 do Código Civil? () SIM () NÃO Observações/Providências: o colaborador designado para acompanhar a equipe correição não soube responder. A funcionária responsável encontra-se de licença maternidade
7	Nos casos de documento que contenha obra intelectual, o usuário é orientado a proceder ao registro na forma dos arts. 17 a 20 da Lei Federal 5.988/73, para garantia dos direitos sobre a respectiva propriedade? (X) SIM () NÃO Observações/Providência:
8	São lavrados nas colunas das anotações no livro competente, à margem dos respectivos registros os certificados de notificação ou da entrega de registros, conforme o disposto no art. 160, §1º, da Lei Federal 6.015/73? () SIM () NÃO Observações/Providências:
9	É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do Livro “D” Indicador Pessoal (art. 132, inciso IV, e art. 138 da Lei Federal 6.015/73)? () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
10	Na escrituração do “Livro B, para matrícula das oficinas impressoras, jornais, periódicos, empresas de radiodifusão e agências de notícias” são observados todos os requisitos previstos nos arts. 122, 123 e 126 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: não existe o livro
11	Para o registro das sociedades, fundações e partidos políticos são observados todos os requisitos previstos no art. 120 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: informaram que exigem estatuto. Fica arquivado em sistema
12	Todos os exemplares de contratos, atos, estatutos e publicações, registrados ou averbados, são arquivados e encadernados por períodos certos (mês, bimestre, trimestre, semestre, ano), acompanhados de índice que facilite a busca e o exame? () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
13	A serventia possui todos os livros próprios das atribuições de RTD/RCPJ, cf legislação em vigor? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: a serventia não procede à escrituração de livros físicos, mantendo os atos, exclusivamente, em sistema informatizado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

14	Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto ao intercâmbio de documentos eletrônicos e de informações? (Prov. CNJ 48/2016 e alterações) () SIM () NÃO Observações/Providências:
15	Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a recepção e o envio de títulos em formato eletrônico? (Prov. CNJ 48/2016 e alterações) () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
16	Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a expedição de certidões e a prestação de informações? (Prov. CNJ 48/2016 e alterações) () SIM () NÃO Observações/Providências: não foi verificado
17	Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a formação de repositórios registrais eletrônicos para o acolhimento de dados e o armazenamento de documentos? (Prov. CNJ 48/2016 e alterações) () SIM () NÃO Observações/Providências: não foi verificado
18	Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a recepção de títulos em formato físico para fins de inserção no próprio sistema e envio para cartório de outra comarca? (Prov. CNJ 48/2016 e alterações) () SIM () NÃO Observações/Providências: não foi verificado
19	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório de correição realizada no ano anterior? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
20	Observações: Foi identificada escritura de cessão de direitos Existe ato de cessão de direitos hereditários lavrados no livro registro integral, em descumprimento à disposição do art. 1793 do Código Civil (Art. 1.793 do Código Civil: “O direito à sucessão aberta, bem como o quinhão de que disponha o co-herdeiro, pode ser objeto de cessão por escritura pública”.) Não há cópia dos atos que deram ensejo aos registros. Algumas cédulas de crédito foram mostradas à equipe de correição mas não ha sistema de arquivamento ou local apropriado Nao há livros. Utilizam apenas sistema



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DOS LIVROS DA SERVENTIA REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS			
() Inaplicável, uma vez que a serventia não possui esta especialidade			
Matéria	Há folhas em branco?	Há rasuras, entrelinhas ou uso de corretivo líquido?	As folhas estão sequencialmente numeradas e devidamente rubricadas?
LIVRO A	[] sim [] não	[] sim [] não	[] sim [] não
LIVRO B	[] sim [] não	[] sim [] não	[] sim [] não
Observações/Providências:			

VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DOS LIVROS DA SERVENTIA REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS				
() Inaplicável, uma vez que a serventia não possui esta especialidade				
Livro	Matéria	Há folhas em branco?	Há rasuras, entrelinhas ou uso de corretivo líquido?	As folhas estão sequencialmente numeradas e devidamente rubricadas?
A	Protocolo	[] sim [] não	[] sim [] não	[] sim [] não
B	Registro Integral	[] sim [] não	[] sim [] não	[] sim [] não
C	Inscrição	[] sim [] não	[] sim [] não	[] sim [] não
D	Indicador Pessoal	[] sim [] não	[] sim [] não	[] sim [] não
Observações/Providências:				
Não há nada impresso. Apenas no sistema				



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – TABELIONATO DE NOTAS

TABELIONATO DE NOTAS	
1	A Serventia possui todos os livros próprios das atribuições de Tabelionato de Notas, conforme legislação em vigor? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Todos os livros obrigatórios são gerados pelo sistema Ansata.
2	Mantém arquivadas as certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias, consoante o disposto na Lei Federal 7.433/85 e Decreto 93.240/86? () SIM (x) NÃO Observações/Providências: Não realizam transações imobiliárias.
3	Mantém fichário de cartões de autógrafo? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: São todos digitalizadas, todavia não colocam cópia da identidade. Recomendação: tomar cópia da identidade do cidadão com forma reconhecida para arquivo e digitalização.
4	No reconhecimento de firmas, dentre os requisitos exigidos, tem sido mencionada a sua espécie (autenticidade ou semelhança), bem como o nome do signatário por extenso e de modo legível, inclusive quando houver mais de uma assinatura? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Usam a biometria pra autenticar.
5	É observada a vedação do reconhecimento de firma em documentos sem data, pós-datado, incompleto ou que contenha espaços em branco? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
6	Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da data da lavratura, a escritura não assinada pelas partes faltantes é tornada sem efeito? () SIM (X) NÃO Observações/Providências: Foi encontrada Escritura de União estável datada de 2022, ainda em branco e sem assinatura. Determinação: proceder o cancelamento da Escritura do Livro 1-C, fl. 13)
7	O tabelião, substituto ou escrevente, bem como as demais pessoas que comparecem aos atos, rubricam todas as folhas utilizadas? As rubricas são colhidas na margem que não é destinada à encadernação? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
8	Nos livros de folhas soltas, logo que concluídos, são lavrados os termos de encerramento, com posterior encadernação (art. 87, § 2º do Código de Normas)? () SIM (x) NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

9	<p>A Serventia já está integrada no Sistema de Atos Notarias Eletrônicos – e-Notariado, nos termos pelo Provimento 100/20-CNJ? () SIM (X) NÃO Observações/Providências:</p> <p>DETERMINAÇÃO: integrar ao e-Notariado imediatamente</p>
10	<p>A Serventia já institui a matrícula notarial eletrônica, nos termos do art. 12 do Provimento 100/20-CNJ? () SIM (X) NÃO Observações/Providências:</p>
11	<p>Remete ao CENSEC, até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês subsequente ao da lavratura, relação dos inventários, partilhas, separações, divórcios, testamentos e suas revogações realizadas no mês anterior e demais determinações dos Provimentos nº 18/2012 e nº 56/2016 do CNJ? () SIM () NÃO Observações/Providências: não soube informar. A servidora encarregada encontra-se de licença maternidade</p>
12	<p>Preenche, obrigatoriamente, antes da assinatura do ato, ficha padrão ou cartão de autógrafo das partes que pratiquem atos translativos de direitos, de outorga de poderes, de testamento ou de relevância jurídica? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:</p>
13	<p>O Livro de Registro de Assinaturas para Reconhecimento de Firma Autêntica ou Verdadeira contém todos os elementos constantes Capítulo XII do CN (Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:</p>
14	<p>O tabelião informa ao Colégio Notarial do Brasil, em até 15 dias, os dados para alimentação ou atualização dos dados que compõem o Cadastro Único de Clientes do Notariado (CCN)? (CNJ, Prov. n. 100) () SIM (X) NÃO Observações/Providências: providenciar imediatamente</p>
15	<p>Observa rigorosamente as formalidades necessárias à lavratura de testamentos, conforme disposto no artigo 20, § 4º, a Lei nº 8.935/1994 c/c artigo 1.864 e seguintes do Código Civil, () SIM () NÃO Observações/Providências: Nunca Lavraram testamentos</p>
16	<p>O tabelião consulta a base de dados do Cadastro Único de Beneficiários Finais, com a complementação das informações com outras que puder extrair dos documentos disponíveis, para os fins de identificação do beneficiário final da operação? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 31, § 3º) (X) SIM () NÃO</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	Observações/Providências: não consulta
17	Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a alimentação sobre escrituras e procurações públicas lavradas ou informação negativa da prática destes atos? (CNJ, Prov. 18/2012 e alterações) <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: verificar
18	Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a carga das informações dos atos notariais já lavrados, realizada regressivamente? (CNJ, Prov. 18/2012 e alterações) <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: verificar
19	A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ, efetuando consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: não consultam
20	Nos últimos três meses a Serventia formalizou alguma Escritura Pública de área rural a pessoa física ou jurídica estrangeira, assim considerada nos termos da legislação em vigor? Nelas, tem sido observadas as exigências do art. 9º e seu parágrafo único da Lei Federal n. 5.709/71, bem como o Decreto 74.965/74? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
21	É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: Não fazem escrituras de imóveis
22	É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m ² (cento e vinte e cinco metros quadrados)? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: Não fazem escrituras de imóveis
23	Em caso de imunidade tributária, isenção ou não incidência do tributo está sendo mencionado na escritura o dispositivo constitucional ou legal que autoriza ou, se for o caso, referida a certidão expedida pela autoridade fiscal competente sobre o fato, conforme determina o art. 5º do Provimento n. 008/2002 - CGJ? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências: Não fazem escrituras de imóveis



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

24	A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos lavrados? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Não fazem escrituras de imóveis
25	Qual o último acesso realizado à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB? (CNJ, Prov. n. 39/2014) /___/____ Observações/Providências: não consultam
26	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correição realizada anterior? () SIM () NÃO Observações/Providências:

VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DOS LIVROS DA SERVENTIA			
Matéria	Há folhas em branco?	Há rasuras, entrelinhas ou uso de corretivo líquido?	As folhas estão sequencialmente numeradas e devidamente rubricadas?
Escrituras	[] sim [X] não	[] sim [X] não	[] sim [X] não
Atas Notariais	[] sim [X] não	[] sim [X] não	[] sim [X] não
Procurações	[] sim [X] não	[X] sim [] não Foram encontrados livros borrados com água, prejudicando a leitura e autenticidade dos docentos	[] sim [X] não
Livro de Registro de Assinatura de Reconhecimento de Firma Autêntica OBS. Utilizam-se do sistema de Biometria	[] sim [X] não	[] sim [X] não	[] sim [X] não
Índice	[] inaplicável	[] inaplicável	[] inaplicável

Observações/Providências:

Os livros não estão guardados em local seguro. Os atos do livro de procuração 216-P estão molhados, inclusive com registros borrados.
Os livros saem da serventia para encadernação, o titular informou que houve um acidente e o motoqueiro caiu com os livros na rua.
Em relação ao livro 218-P, também de procuração, foi verificado que são apenas numeradas as primeiras folhas, ainda que as assinaturas constem no verso, ele não é numerado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Em relação a testemunha a rogo, foi verificado que na procuração folha 001, do livro 218-P, foi qualificado como tal o funcionário da própria serventia, Weverson Vinicius Barbosa.
A procuração de fl. 200 tem como testemunha a rogo a servidora do cartório Adriane Silva.
O livro 217-P ainda não foi encadernado, consta apenas um lote de folhas soltas, sem termo de abertura e encerramento.
Não consta valor do emolumento nos atos
Em relação aos livros de escritura, foi apresentado o livro 1-C, encadernado, com data de abertura de 08.04.2021, com 200 folhas. Nele, foram lavrados atos até a folha 10-v, e o livro foi encerrado por certidão, lavrada às folhas 11, assinada pelo tabelião, datada de 13.01.2022.
Após isso, foram apresentadas à equipe de correição folhas soltas de um livro 1-C, a partir da pág 11. Ocorre que existe duplicidade de folha 11: a) a escritura pública declaratória, formada por João Paulo Pereira de Sousa em 19.01.2022; e b) escritura de divórcio consensual de João Mariveldo Oliveira e Telma Oliveira de 28.03.2022. A última escritura lavrada nesse lote de escrituras que constituem a continuação do livro 11, data de 05.12.2022, lavrada a fl. 25.
Escritura folha 13, datada de 22.04.2022, não assinada e não cancelada.
O livro de testamento não consta nenhum ato.
No reconhecimento de assinatura, foi reconhecida a assinatura por verdadeira a assinatura de Marivalda da Cruz Leite, em 13.03.2023, antes do preenchimento do cartão de assinatura. Não é arquivada cópia.

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - TABELIONATO DE PROTESTOS

TABELIONATO DO PROTESTO DE TÍTULOS	
1	Os títulos e documentos de dívida recepcionados, apresentados ou distribuídos no horário regulamentar são protocolizados dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, obedecendo à ordem cronológica da entrega (art. 8º da Lei 94374/97)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
2	Os protestos são registrados no prazo legal, sendo o respectivo instrumento entregue ao apresentante com as informações exigidas pelo art. 20 da Lei 9437/97? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: o edital é publicado com prazo de três dias. O protesto ocorre em cinco
3	As importâncias referentes a títulos resgatados são imediatamente entregues a quem de direito (1º dia útil subsequente ao pagamento)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: informou que sempre a tarde, ja que o CENPROT gera boleto às 13h. Se o devedor pagar a tarde, é pago ao credor na tarde do dia seguinte.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

4	<p>O registro do protesto e seu instrumento contêm todos os requisitos legais, consoante o disposto no art.22 da Lei Federal 9.492/97? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:</p>
5	<p>Os documentos que instruem os atos praticados são mantidos em arquivo, consoante o disposto no art. 35 da Lei Federal 9.492/97? (X) SIM (x) NÃO Observações/Providências: perguntada, a funcionária responsável informou que são arquivados os editais, os comprovantes de entrega, ficam apenas no sistema, as intimações e editais, informou estarem no arquivo, mas não comprovou e nao soube informar sobre os mandados judiciais, pois é raro o recebimento de mandados.</p>
6	<p>O Livro de Protocolo possui colunas destinadas a todas as anotações previstas no art. 32 da Lei Federal 9.492/97? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:</p>
7	<p>A escrituração do livro de Protocolo é encerrada diariamente, consoante o disposto no art. 32, parágrafo único, da Lei Federal 9.492/97? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:</p>
8	<p>O Livro de Registros de Protestos existe (na forma física ou por meio eletrônico, art. 35, §2º, da Lei Federal 9.492/97) e sua escrituração está formalmente regular? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: foi mostrado o de instrumento</p>
9	<p>É exigido o reconhecimento de firma nas declarações de anuência para cancelamentos de registro de protesto, conforme o disposto no art. 26, §1º, da Lei Federal 9.492/97? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: não arquiva. Vem pelo sistema. Quando recebe fisicamente não arquiva.</p>
10	<p>Os cancelamentos de registro de protesto encontram-se devidamente assinados pelo Tabelião Titular, seus Substitutos ou Escreventes Autorizados, conforme art. 26, §5º, da Lei Federal 9.492/97? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: apenas no sistema – verificar</p>
11	<p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração dos índices a que se refere o art. 34 da Lei Federal 9.492/97, podendo ser elaborados pelo sistema de fichas, microfichas ou banco eletrônico de dados? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: apenas sistema</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

12	A localização dos registros de protestos e seu cancelamento nos índices são feitos de forma rápida e confiável? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências: pelo sistema
13	As intimações são feitas de modo que o recebimento fique assegurado e comprovado por meio de protocolo, aviso de recebimento – AR ou documento equivalente? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências: sempre é feita por meio de um funcionário da serventia, não faz AR. Arquiva os comprovantes com a assinatura do recebedor, mas o arquivo não se encontra organizado
14	São mantidos devidamente arquivados os mandados judiciais de sustação de protesto, com os respectivos documentos, até o trânsito em julgado da respectiva lide? () SIM () NÃO Observações/Providências: a funcionária informa que nunca recebeu
15	O tabelião cumpre o art. 42 do Prov. CNJ n. 88/2019, o qual estabelece que “ <i>Não se negará a realização de um ato registral ou protesto por falta de elementos novos ou dados novos, estipulados no presente Provimento, caso o título tenha sido perfectibilizado em data anterior a sua vigência</i> ”? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
16	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao acesso às informações sobre quaisquer protestos válidos lavrados pelos Tabeliães de Protesto de Títulos dos Estados ou do Distrito Federal? (CNJ, Prov. n. 87/2019) () SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
17	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à consulta gratuita às informações indicativas da existência ou inexistência de protesto, respectivos tabelionatos e valor? (CNJ, Prov. n. 87/2019) () SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
18	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao fornecimento de informação complementar acerca da existência de protesto e sobre dados ou elementos do registro, quando o interessado dispensar a certidão? (CNJ, Prov. n. 87/2019) () SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
19	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao fornecimento de instrumentos de protesto em meio eletrônico? (CNJ, Prov. n. 87/2019) () SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

20	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de declaração eletrônica de anuência para fins de cancelamento de protesto? (CNJ, Prov. n. 87/2019) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
21	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de requerimento eletrônico de cancelamento de protesto? (CNJ, Prov. n. 87/2019) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
22	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de títulos e documentos de dívida, em meio eletrônico, para fins de protesto, encaminhados por órgãos do Poder Judiciário, procuradorias, advogados e representantes cadastrados? (CNJ, Prov. n. 87/2019) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
23	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de pedidos de certidão de protesto e de cancelamento e disponibilização da certidão eletrônica? (CNJ, Prov. n. 87/2019) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências: No dia da correição, o cartório possuía 56 títulos de protestos pendentes do CENPROT-Pa. A funcionária informou que cumpriria tudo no mesmo dia



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DOS ARQUIVOS DA SERVENTIA			
Matéria	O arquivo existe?	O arquivo é organizado?	A Localização de documentos no arquivo é feita com rapidez e confiabilidade?
Intimações Obs.:A funcionária guarda, mas entregou para o escrevente, nao apresentou	() sim (x) não	() sim (x) não	() sim (x) não
Editais Obs.: idem	() sim (x) não	() sim (x) não	() sim (x) não
Documentos apresentados para averbação no Registro de Protesto e ordem de cancelamento	() sim (x) não	() sim (x) não	() sim (x) não
Mandados e Ofícios Judiciais	() sim (x) não	() sim (x) não	() sim (x) não
Solicitações de Retirada de Documentos pelo Apresentante	() sim (x) não	() sim (x) não	() sim (x) não
Comprovantes de Entrega de Pagamentos aos Credores Obs.: mantem apenas no sistema	() sim (x) não	() sim (x) não	(x) sim (x) não
Comprovantes de Devolução de Documentos irregulares de Dívida Obs.: mantem apenas no sistema	() sim (x) não	() sim (x) não	(x) sim () não
Pedidos de Certidão	() sim (x) não	() sim (x) não	() sim (x) não
Observações/Providências:			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Observações/Providências:

A serventia do 2º ofício de Bragança, com competência para Tabelionato de Notas, Tabelionato de Protestos, Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Registro de Títulos e Documentos funciona em prédio antigo e tombado pelo município à margem do rio Caetés, que, a despeito da sua localização privilegiada, não comporta com segurança e conforto o funcionamento de uma serventia desse porte.

O ambiente não é climatizado e não há acessibilidade dentro do imóvel. Não há padronização dos móveis, que são antigos e de estado de conservação abaixo do razoável.

O local de funcionamento do cartório trata-se, efetivamente, de uma única sala onde funcionam todos os serviços, sendo designados um funcionário para cada serviço, salvo reconhecimento de firmas, para o qual se atribuiu duas colaboradoras. Não há privacidade para atendimento dos usuários em qualquer serviço, especialmente em relação ao atendimento de atos típicos do Tabelionato de Notas. O banheiro que pode ser disponibilizado ao público é inapropriado.

Não há distribuição de senhas. Ainda que o atendimento seja célere, em alguns momentos, durante a correição, identificou-se um volume maior de pessoas aguardando atendimento o que, portanto, justificaria a iniciativa.

Em relação ao arquivo da serventia, este se localiza aos fundos do imóvel, em local úmido, sem climatização, com cheiro de naftalina, sem qualquer tipo segurança, tanto em relação a eventual manipulação ou subtração de atos e livros, já que não há porta que separe os ambientes, quanto em relação aos fatores ambientais.

Não foram apresentados alvarás e licença para funcionamento do estabelecimento. Há conduítes aparecendo.

Não foram apresentados documentos de comprovação de recolhimento de tributos e outras verbas previdenciárias e trabalhistas. Do mesmo modo, não foram apresentados os documentos referentes à regularidade de contratação de funcionários, de acordo com as normas vigentes.

Em relação aos funcionários, por ocasião da Correição, foi verificado que não há bacharel em Direito na serventia, sequer o titular. O único bacharel em Direito é o oficial substituto, Pedro Fernandes, que se encontra afastado de suas atividades por motivo de doença.

Não foram apresentadas pastas de legislação atinente à matéria. Inclusive, quando solicitado a apresentar o Código de Normas, apresentou cópia da edição de 2013, revogada pelo Provimento Conjunto 02/2019-CRMB/CJCI.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Foram verificadas falhas gravíssimas na escrituração e guarda dos livros: os mais recentes são encadernados com espiral, serviço que é realizado fora do ambiente da serventia, sendo conduzidos de moto, deixando-os totalmente vulneráveis. O livro de procuração 216-P foi apresentado à equipe com folhas borradas após ter sido molhado. Não foi identificado o local dos outros 215 livros de procuração, pois, como pode se ver das imagens, o arquivo consiste em poucos livros, a maioria muito antigos. Outros livros foram apresentados à equipe de correição em folhas soltas, sem qualquer tipo de proteção.

Mas, mais grave, é que se identificou que não há escrituração de livros referentes a atos de tabelionato de protestos, RTD e RCPJ. Os documentos de tabelionato de protestos foram apresentados à equipe de correição em uma caixa de papelão localizada sob a mesa da funcionária responsável pelo serviço. Nessa caixa, constavam diversos documentos referentes aos diversos livros que a Lei 9492/97 prevê: livro de protocolo, registro do instrumento de protesto, arquivo de intimações, entre outros.

Perguntados sobre os livros ou mesmo pastas dos atos desse serviço, o escrevente informou que se encontravam em sua residência “por segurança”, o que demonstra que o local onde se localiza a serventia não é mesmo seguro e isso é reconhecido pelos que lá trabalham. Os atos de RTD e RCPJ foram impressos sob demanda da equipe apenas, também não havendo livros físicos escriturados.

A prática de serviços também é limitada. Verificou-se, da análise dos documentos apresentados, que a serventia não realiza atos referentes a transações imobiliárias e deve-se adequar aos Provimentos 74, 88 e 134, do CNJ, que regulamentam os padrões de tecnologia, de controle de prevenção de crimes de lavagem de dinheiro e de gestão de informações e controle.

A serventia não adota os sistemas, tecnologias e ferramentas de sua competência, instituídos para unificar os serviços, conferir segurança, e publicidade, como o Censec (Provimento 18/CNJ), e-notariado (Provimento 100/CNJ), CNIB (Provimento 39/CNJ), e Cadastro Único de Clientes do Notariado – CCN (Provimento 88/CNJ), dentre outros. Na verdade, a questão excede a não utilização dos recursos, já que o gestor do cartório demonstrou desconhecimento sobre essas ferramentas que são de uso obrigatório pelas serventias.

Finalmente, é premente a necessidade de adequação da serventia em todos os aspectos relativos à adequação tecnológica sobre a qual já existe exaustiva regulamentação pelo Provimento 74.

Feita essa exposição, faz-se as recomendações à serventia, a seguir discriminadas de acordo com os relatórios de onde foram extraídas e com a delimitação de prazo para cada uma.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

I - EM RELAÇÃO AO RELATÓRIO GERAL, COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES:

- 1 - Revalidar o email cejint051@tjpa.jus.br, de uso obrigatório. Prazo: imediato.
- 2 - Alimentar corretamente o Justiça Aberta com endereço de email que os usuários podem ter contato com a serventia. Prazo: imediato
- 3 - Item 1- Apresentar o livro de contratação de empregados ao juiz corregedor permanente. Prazo: 15 dias.
- 4 - Item 3 - Regularizar o horário de trabalho de funcionários, de acordo com as regulamentações trabalhistas vigentes. Prazo imediato.
- 5 - Item 5 e 10 - é necessária a adequação do prédio da serventia, tanto para dar mais conforto aos colaboradores e usuários, quanto para conferir maior segurança ao acervo contra terceiros e em relação às condições ambientais típicas da região. Prazo: 90 dias
- 6 - Item 6 - padronizar o mobiliário de modo que ele confira ergonomia e harmonia ao ambiente. Prazo: 30 dias
- 7 - Itens 7 e 30 - climatizar o ambiente de modo a preservar o acervo contra água e umidade e resolver infiltrações no prédio. Prazo: 30 dias
- 8 - Item 8 – identificar, na fachada, telefone e o horário de funcionamento. Prazo: imediato
- 9 - Item 9 – juntar, no pjecor, comprovante do alvará de funcionamento emitido pela Prefeitura e o alvará dos bombeiros. Prazo: 15 dias
- 10 - Item 11 – regularizar a acessibilidade ao prédio. Prazo: 30 dias.
- 11 - Item 13 – solucionar infiltrações e conduítes aparentes. Prazo: 30 dias
- 12 - Itens 18 e 19 – adotar o sistema de senhas, inclusive para identificação de prioridades. Prazo: 30 dias
- 13 - Item 20 e 32 – contratar colaboradores bacharéis em Direito. Prazo: 30 dias.]
- 14 - Item 24 – compilar e tomar conhecimento dos atos normativos que regem a atividade. Prazo: imediato.
- 15 - Item 26 – observar fielmente as Leis 6015/73, 8935/94, provimentos do Conselho Nacional de Justiça e Tribunal de Justiça do Estado do Pará e Código de Normas dos Serviços Notariais e Registrais do Estado do Pará, na escrituração dos livros de sua atividade. Adequar os livros já existentes. Proceder à encadernação dos livros da serventia em método diverso ao uso de espiral e capas plásticas. Prazo: imediato.
- 16 - Item 28 – regularizar o recolhimento de INSS e FGTS dos colaboradores. Prazo: imediato



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- 17 - Item 30 – providenciar local seguro para guarda dos livros, longe da umidade, água, insetos e outros agentes climáticos. Prazo: imediato.
- 18 - Item 31 - Apresentar Plano de Ação para a implementação do backup do acervo da serventia. Prazo: 60 dias.
- 19 - Item 36 - informatizar a escrituração do Livro Diário Auxiliar. Prazo: 60 dias.
- 20 - Item 40 - Apresentar plano de ação de digitalização do acervo anterior. Prazo: 60 dias.
- 21 - Item 48 – saldar os boletos pendentes emitidos pela Secretaria de Planejamento. Prazo: 30 dias
- 22 - Item 49 – entrar em contato com a Secretaria de Planejamento para devolver os selos físicos que ainda se encontram na serventia. Prazo: imediato
- 23 - Itens 56, 57 e 61 – apresentar certidões negativas de débitos perante os Fiscos Municipal, Estadual e Federal. Prazo: 30 dias
- 24 - Item 58 - Apresentar cópia da última GPS (Guia da Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS). Prazo: 30 dias
- 25 - Item 59 - Apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. Prazo: 30 dias
- 26 - Itens 63 a 69 – cumprir, fielmente, as disposições do Provimento 88/CNJ. Prazo: imediato
- 27 - Item 71 - cumprir, fielmente, as disposições do Provimento 74/CNJ. Prazo: imediato
- 28 - Itens 72 a 76 - cumprir, fielmente, as disposições do Provimento 134/CNJ. Prazo: imediato
- 29 - Item 77 – proceder à integração da serventia ao SERP. Prazo; Imediato.

II - EM RELAÇÃO AO RELATÓRIO 2, REFERENTE A ATRIBUIÇÃO DE RTD/RCPJ:

1. Proceder a escrituração de **todos** os livros da atribuição, obedecendo todas as formalidades necessárias, tais como termo de abertura, termo de encerramento, rubrica do delegatário ou seu substituto e ausência de folhas em branco e corretivo líquido, nos termos do art. 469 e seguintes e 515 e seguintes do Código de Normas;
2. Proceder a **catalogação dos documentos** que deram ensejo aos atos lavrados, também nos termos descritos pelo Código de Normas.

III - EM RELAÇÃO AO RELATÓRIO 3, REFERENTE A TABELIONATO DE NOTAS:

- 1 - Item 2 – a serventia deve praticar todos os atos relativos à atribuição de Tabelionato de Notas, sem excluir nenhum tipo de ato. Prazo: imediato
- 2 - Item 3 – o cartão de autógrafo deve ser instruído com cópia da identidade respectiva. Deve



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

adotar, também, controle de presença de assinatura. Prazo: imediato

3 - Item 6 – proceder ao cancelamento de escrituras lavradas há mais de 30 dias sem assinatura.

4 - Item 8 – proceder a encadernação dos livros nos termos dos artigos 85 e seguintes do CN/PA, devendo abster-se de realizar encadernação com espiral plástico e devendo observar a restrição de retirar os livros da sede da serventia (art. 89). Prazo: trinta dias para finalizar a encadernação dos livros existentes.

5 - Item 9 – proceder à imediata integração dos atos da serventia ao e-Notariado. Prazo: imediato;

6 - Item 12 – observar o procedimento correto para reconhecimento de firmas, primeiramente colhendo documentos e assinaturas e, posteriormente, lançando selo e carimbo sobre ela. Prazo: imediato.

7 - Item 14 – providenciar a alimentação e atualização dos dados dos usuários no Cadastro Único de Clientes do Notariado (CCN), conforme Provimento 100/CNJ. Prazo: imediato;

8 - Item 15 – adotar rotina de consulta a base de dados do Cadastro Único de Beneficiários Finais conforme Provimento 88/CNJ. Prazo: imediato;

9 - Item 19 e 25 – proceder consulta à CNIB, conforme Provimento 39/CNJ. Prazo: imediato;

III.1. LIVROS:

1 - Providenciar local seguro e sem umidade para guarda de livros. Prazo: 30 dias

2 - Proceder à restauração do livro 216-P que se encontra com as folhas molhadas. Prazo: 30 dias para conclusão do procedimento

3 - Proceder à correta numeração dos livros, inclusive o verso. Prazo: imediato;

4 - Proceder a assinatura e qualificação das testemunhas a rogo nos termos do art. 595 do Código Civil, sendo vedada a inclusão de funcionário do cartório nessa condição. Prazo: Imediato

5 - O valor dos emolumentos cobrados deve ser incluído em todos os atos. Prazo: imediato

6 - Proceder ao imediato cancelamento de todas as escrituras com mais de 30 dias sem assinatura. Prazo: imediato.

7 - Adotar cautela na guarda dos livros, inclusive os ainda em utilização. Prazo: imediato.

8 - Em relação aos dois atos lavrados na fl. 11 do Livro de Escritura 1-C (a a escritura pública declaratória, formada por João Paulo Pereira de Sousa em 19.01.2022 e a de divórcio consensual de João Mariveldo Oliveira e Telma Oliveira de 28.03.2022), prestar informações, em 15 dias sobre qual desses atos encontram-se no sistema na referida folha e em qual folha se encontra registrado o ato sobressalente;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

IV - EM RELAÇÃO AO RELATÓRIO 4, REFERENTE A ATRIBUIÇÃO DE TABELIONATO DE PROTESTOS:

1 - Itens 5, 8 – proceder ao correto arquivamento de todos os atos relacionados no artigo 35 da Lei 9492/97. Prazo: imediato;

2 - Item 9 – proceder ao reconhecimento de firma nas declarações de anuência e arquivá-las, nos termos do art. 26, § 1º da Lei 9492/97. Prazo: imediato;

3 - Item 10 – o tabelião titular deve assinar os cancelamentos de registro de protestos. Prazo: imediato

4 - Item 13 – deve criar pasta com os comprovantes de assinatura do devedor das intimações expedidas. Prazo: imediato

IV.1. LIVROS

1 - Acondicionar nas dependências da serventia, os documentos referentes a sua atividade. Prazo: imediato

2 - Além disso, no prazo de 15 dias, deve juntar aos autos de Correição:

- a) - Quadro Funcional da Serventia;
- b) - Declaração de ISS;
- c)- Certidão Negativa de Natureza Tributária Estadual;
- d) - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- e) - Certificado de Regularidade do FGTS; e
- f) - Certidão Negativa de Débitos Federais.

Anexo, segue, Relatório Situacional emitido pela Seplan

Belém, data registrada em sistema

LUCIO BARRETO Assinado de forma digital por
LUCIO BARRETO
GUERREIRO:8176
GUERREIRO:8176
Dados: 2023.09.20 12:58:23
-03'00'

Lucio Barreto Guerreiro

Juiz Corregedor

PAOLA WATRIN PIMENTA Assinado de forma digital por PAOLA
WATRIN PIMENTA
MENESCAL:65820908287
MENESCAL:65820908287
Dados: 2023.09.20 15:30:35 -03'00'

Paola Watrin Pimenta Menescal

Analista judiciário



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA